

# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO (TRE/MA)

TARDE

# CONCURSO PÚBLICO

Nível Médio

CARGO

# 5

TÉCNICO JUDICIÁRIO  
Área: Administrativa

# CADERNO U

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno U — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas e no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua folha de respostas. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja divergência quanto ao tipo de caderno, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  

*Qualquer um pode ter o comando quando o mar está calmo.*
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

#### AGENDA (datas prováveis)

- I 23/6/2009, após as 19 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- II 24 e 25/6/2009 — Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 27/7/2009 — Resultado final das provas objetivas e convocação para perícia médica: Diário Oficial da União e Internet.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### QUESTÃO 1

1 A última reforma eleitoral no país ocorreu na década passada e abrangeu três mudanças:

- uma nova lei de inelegibilidade (Lei Complementar 4 n.º 64/1990);
- uma nova lei dos partidos políticos (Lei n.º 9.096/1995, alterada pela Lei n.º 9.259/1996);
- 7 • a denominada Lei das Eleições (Lei n.º 9.504/1997).

Verifica-se que o âmbito das reformas eleitorais cinge-se a três aspectos: as eleições, os partidos políticos 10 e as inelegibilidades. Esses três aspectos decorrem do nosso direito constitucional legislado. Por isso, inquestionavelmente, consideram-se reformas eleitorais as 13 propostas de mudanças que a eles dizem respeito.

Ao contrário das eleitorais, as reformas políticas incluem aspectos mais amplos que extrapolam o que se 16 refere apenas aos sistemas eleitorais e aos sistemas partidários.

Quando e por que a reforma dos sistemas se torna 19 inevitável? A constatação empírica é que os sistemas tendem a ser reformados quando já não cumprem os fins para os quais foram instituídos. Em outras palavras, quando o 22 desgaste por eles sofrido exige a mudança do paradigma em vigor.

Marco Maciel. *Folha de S.Paulo*, 21/4/2009 (com adaptações).

No texto acima, o pronome “se”, em

- Ⓐ “Verifica-se” (l.8), indica voz reflexiva.
- Ⓑ “cinge-se” (l.9), é objeto indireto.
- Ⓒ “consideram-se” (l.12), indica que o verbo está na voz passiva.
- Ⓓ “se refere” (l.15-16), indica sujeito indeterminado.
- Ⓔ “se torna” (l.18), exerce função de predicativo do sujeito.

### QUESTÃO 2

As opções abaixo apresentam fragmentos sucessivos e adaptados de texto publicado na **Folha de S.Paulo** de 21/4/2009. Assinale a opção **incorreta** quanto à concordância.

- Ⓐ Qualquer reforma eleitoral no Brasil só se materializará na medida em que o consenso for previamente acordado pelos partidos que constitui a maioria das duas Casas do Congresso, entre suas variáveis e suas respectivas modalidades.
- Ⓑ Pretender misturar sistemas eleitorais, sistemas partidários e formas de contenção ou de proliferação partidária resultará sempre, como até agora, no impasse final, que tem impedido qualquer mudança.
- Ⓒ Da mesma forma, em um país com as dimensões do Brasil, sua diversidade e seu pluralismo, não é possível misturar em “pacotes” medidas complementares dicotômicas, como se fosse possível conter, em apenas duas alternativas, modalidades divergentes.
- Ⓓ Além de antidemocráticas, elas podem resultar em camisas de força. É o caso, por exemplo, de impor financiamento público ou financiamento privado para viabilizar as eleições no segundo maior eleitorado do mundo ocidental.
- Ⓔ A alternativa é que os partidos políticos possam, como nos Estados Unidos da América, escolher livremente o sistema que preferem: ou o público que exclui o privado, ou o privado que exclui o público.

**QUESTÃO 3**

1 A Constituição Imperial, outorgada por D. Pedro I  
em 25 de março de 1824, era impregnada de espírito  
monárquico. Consolidou a unidade nacional, mantendo as  
4 províncias administradas por presidentes de livre escolha do  
imperador. Chefe supremo da nação e investido do Poder  
Moderador, a ele incumbia o dever de velar pela manutenção  
7 da independência, do equilíbrio e da harmonia dos demais  
poderes.

A Proclamação da República exigiu nova  
10 Constituição (1891), caracterizada por espírito republicano.  
Segundo Aliomar Baleeiro, “o povo cansara-se da  
monarquia, cuja modéstia espartana não incutia nos espíritos  
13 a mística e o esplendor dos tronos europeus”. Adotou-se,  
então, o regime presidencialista e a República Federativa,  
com a transformação das províncias em estados dirigidos por  
16 constituições próprias, respeitados os princípios regentes da  
União. A Revolução de 30 pôs abaixo a Constituição de  
1891.

19 A rigor, não havia motivos para fazê-lo. Desde  
então, o Brasil passou a viver clima de instabilidade,  
refletido na vulnerabilidade daquela que deveria ser a lei  
22 mais conhecida, respeitada, amada e defendida pelo povo.

A Constituição de 46 não sobreviveu à deposição  
de João Goulart. A de 67, redigida por determinação do  
25 presidente Castello Branco, foi estrangulada pela Emenda  
n.º 1 da Junta Militar. Encerrado o período autoritário,  
grandes esperanças aguardavam a Nova República e o fruto  
28 da Assembleia Nacional Constituinte (1988). A prolixa  
Constituição, cujo espírito seria voltado para o homem e os  
direitos da cidadania, permaneceu intocada por cinco anos.  
31 Hoje, mostra-se anêmica, indefesa e envelhecida, emendada  
mais de 50 vezes, com dezenas de dispositivos ignorados ou  
à espera de regulamentação.

Almir Pazzianotto Pinto. *Correio Braziliense*, 20/4/2009 (com adaptações).

Com relação às ideias do texto acima, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Infere-se das informações do texto que o “espírito monárquico” (l.2-3) se manifestava na forma de um poder centralizado, em que as províncias eram governadas por pessoas indicadas pelo imperador.
- Ⓑ Depreende-se das informações do texto que a Constituição decorrente da Revolução de 30 era sólida e alcançou a credibilidade junto ao povo.
- Ⓒ Infere-se das informações do texto que a Constituição de 1988 não é concisa.
- Ⓓ Depreende-se das informações do texto que a Constituição de 1967 foi adulterada ao receber uma emenda.
- Ⓔ A palavra “anêmica” (l.31) está sendo empregada em sentido conotativo.

**QUESTÃO 4**

1 Prova da falência do direito constitucional acaba de  
ser dada pelos quatro eminentes chefes dos Três Poderes,  
fazendo-se fotografar na cerimônia de assinatura do Pacto  
4 Republicano, cujo objetivo seria assegurar ao cidadão  
comum — tão logo os projetos que o integram recebessem  
aprovação do Congresso — proteção contra a violência de  
7 agentes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Não tem sido bastante a Lei Suprema declarar que  
o Estado democrático tem como fundamentos a cidadania e  
10 a dignidade da pessoa humana, que ninguém será obrigado  
a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de  
lei, que ninguém será submetido a tratamento desumano ou  
13 degradante, que estão garantidos a inviolabilidade da honra  
e da imagem pessoal, o sigilo das comunicações telefônicas,  
a proteção dos atos praticados por advogados no exercício  
16 da profissão e que a administração pública obedece aos  
princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade,  
publicidade e eficiência.

Almir Pazzianotto Pinto. *Correio Braziliense*, 20/4/2009 (com adaptações).

A respeito das estruturas do texto acima, assinale a opção correta.

- Ⓐ Mantém-se a correção gramatical do período ao se substituir “cujo” (l.4) por **o qual**.
- Ⓑ A substituição de “tão logo” (l.5) por **assim que** prejudica a correção gramatical do período e altera suas informações originais.
- Ⓒ Em “o integram” (l.5), “o” é pronome que retoma o antecedente “Pacto Republicano” (l.3-4).
- Ⓓ O trecho “que o Estado democrático tem como fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana” (l.8-10) completa o sentido de um verbo que, no contexto em que ocorre, requer objeto indireto manifesto.
- Ⓔ Na linha 17, a vírgula foi empregada após as palavras “legalidade”, “impessoalidade” e “moralidade” para isolar palavras que exercem a função de aposto.

**QUESTÃO 5**

1 Ao participar do Fórum Econômico Mundial para  
a América Latina, no Rio, indaguei: diante da atual crise  
financeira, trata-se de salvar o capitalismo ou a humanidade?  
4 A resposta é aparentemente óbvia. Por que o advérbio de  
modo? Por uma simples razão: não são poucos os que  
acreditam que, fora do capitalismo, a humanidade não tem  
7 futuro. Mas teve passado?

Em cerca de 200 anos de predominância do  
capitalismo, o balanço é excelente se considerarmos a  
10 qualidade de vida de 20% da população mundial, ou seja, a  
população dos países ricos do hemisfério norte. E os  
restantes 80%? Excelente também para bancos e grandes  
13 empresas. Porém, como explicar, à luz dos princípios éticos  
e humanitários mais elementares, estes dados da ONU e da  
FAO: de 6,5 bilhões de pessoas que existem hoje no planeta,  
16 cerca de 4 bilhões vivem abaixo da linha da pobreza, dos  
quais 1,3 bilhão, abaixo da linha da miséria. E 950 milhões  
sofrem desnutrição crônica.

19 Se queremos tirar algum proveito da atual crise  
financeira, devemos pensar como mudar o rumo da história,  
e não apenas como salvar empresas, bancos e países  
22 insolventes. Devemos ir à raiz dos problemas e avançar o  
mais rapidamente possível na construção de uma sociedade  
baseada na satisfação das necessidades sociais, no respeito  
25 aos direitos da natureza e na participação popular em um  
contexto de liberdades políticas.

Frei Betto. *Correio Braziliense*, 17/4/2009.

Com referência ao texto acima, assinale a opção correta.

- Ⓐ O emprego da primeira pessoa do singular na forma verbal “indaguei” (l.2) confere ao texto objetividade e distanciamento.
- Ⓑ O “advérbio de modo” (l.4-5) a que o autor se refere é a palavra “óbvia” (l.4).
- Ⓒ Mantém-se a correção gramatical do período ao se substituir o termo “Porém” (l.13) por **Entretanto**.
- Ⓓ Estaria gramaticalmente correta a substituição de “cerca de” (l.16) por **acerca de**.
- Ⓔ Na linha 22, o sinal indicativo de crase em “à raiz” justifica-se pela regência da forma verbal “Devemos” e pelo emprego do artigo definido.

**QUESTÃO 6**

1 A atual crise financeira é sistêmica, de civilização  
e carente de novos paradigmas. Se o período medieval teve  
como paradigma a fé; o moderno, a razão; o pós-moderno  
4 não pode cometer o equívoco de erigir o mercado como  
paradigma. Estamos todos em meio a uma crise que não  
é apenas financeira, é também alimentar, ambiental,  
7 energética, migratória, social e política.

Trata-se de uma crise profunda, que põe em xeque  
a forma de produzir, comercializar e consumir. O modo de  
10 ser humano. Uma crise de valores.

Desacelerada a ciranda financeira, inútil os  
governos tentarem converter o dinheiro do contribuinte em  
13 boia de salvação de conglomerados privados insolventes.  
A crise exige que se encontre uma saída para se superar o  
sistema econômico que agrava a desigualdade social,  
16 favorece a xenofobia e o racismo, criminaliza os movimentos  
sociais e gera violência. Esse sistema se empenha em  
priorizar a apropriação privada dos lucros acima dos direitos  
19 humanos universais; a propriedade particular acima do bem  
comum; e insiste em reduzir as pessoas à condição de  
consumistas, e não, em promovê-las à dignidade de cidadãos.

Frei Betto. *Correio Braziliense*, 17/4/2009 (com adaptações).

Com relação ao emprego de sinais de pontuação no texto acima, assinale a opção correta.

- Ⓐ A vírgula logo após a palavra “moderno” (l.3) marca a elipse do trecho “teve como paradigma” (l.2-3).
- Ⓑ Na linha 6, com o emprego da vírgula logo após as palavras “alimentar” e “ambiental”, isola-se um aposto explicativo.
- Ⓒ O emprego de vírgula logo após a palavra “profunda” (l.8) justifica-se porque a oração subsequente é subordinada adjetiva restritiva.
- Ⓓ A vírgula logo após a expressão “desigualdade social” (l.15) isola oração reduzida de gerúndio.
- Ⓔ Nas linhas 19 e 20, os sinais de ponto-e-vírgula isolam orações subordinadas adjetivas explicativas.

**QUESTÃO 7**

Assinale a opção em que o trecho, adaptado da Internet ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)), está gramaticalmente correto e apropriado para compor um documento oficial.

- A As eleições não são experiências recentes no país. Com os primeiros núcleos de povoadores, surgiram em terras brasileiras, o livre exercício do voto, logo depois da chegada dos colonizadores. Foi o resultado da tradição portuguesa de eleger os administradores dos povoados sob domínio luso.
- B Os colonizadores portugueses, mal pisavam a nova terra descoberta, passavam logo a realizarem votações para eleger os que iriam governar as vilas e cidades que fundavam. Os bandeirantes paulistas, por exemplo, iam, em suas missões, matutando a ideia de votar e de serem votados.
- C Quando chegavam ao local que deveriam se estabelecer, se metiam logo a realizar a eleição do guarda-mor regente. Somente após esse ato eram fundadas as cidades, já sob a égide da lei e da ordem. Eram essas eleições realizadas para governos locais.
- D As eleições para governanças locais foram realizadas até a Independência. A primeira de que se tem notícia aconteceu em 1532, para eleger o Conselho Municipal da Vila de São Vicente. As pressões populares e o crescimento econômico do país, contudo, passaram a exigir a participação de representantes brasileiros nas decisões da corte.
- E Os votos eram a princípio depositados em bolas de cera chamadas de pelouros; depois vieram as urnas de madeira, as de ferro e as de lona, até que se implementou em todo o país, no ano 2000, o voto informatizado, realizado em urnas eletrônicas que possibilitam a apuração das eleições bem rapidinho.

**QUESTÃO 8**

Assinale a opção correta com relação ao sistema operacional Windows.

- A A barra de ferramentas do Windows, geralmente localizada no rodapé da tela do monitor, apresenta o botão Iniciar e ícones associados aos programas que estão em execução.
- B O ícone Meu computador, presente na área de trabalho do Windows, permite o acesso direto aos locais de armazenamento de arquivos do computador em uso, mas não aos locais de rede.
- C Ao se desinstalar um programa no Windows XP, é recomendado o uso da opção Adicionar ou remover programas para que os arquivos sejam devidamente removidos.
- D Os *menus* de atalho, para se realizar acesso rápido a opções avançadas de configuração de rede e dispositivos móveis, podem ser acionados apenas a partir da área de trabalho do Windows.
- E No Windows, o uso da tecla  junto com o *mouse* é um recurso eficiente de seleção simultânea de todos os objetos presentes na área de trabalho, geralmente para atribuir um mesmo comando a todos os itens selecionados por esse recurso.

**QUESTÃO 9**

A respeito de aplicativos do ambiente Microsoft Office, assinale a opção correta.

- A As barras de ferramentas de formatação dos aplicativos do Microsoft Office podem ser personalizadas livremente pelo usuário, conforme a necessidade de disposição e de acesso a recursos mais utilizados.
- B No Microsoft Word, para se criar uma nova coluna em uma tabela existente em um documento em edição, deve-se selecionar a linha ao lado da qual ela será posicionada na nova tabela e clicar a opção Inserir coluna.
- C O *menu* Arquivo do Word 2003 contém as opções de exibição do documento em leiautes diversos, como o normal, da Web e de impressão.
- D A formatação de margens de páginas, tabelas e textos só pode ser feita diretamente a partir da régua horizontal presente no topo da janela do Word, abaixo do *menu* de opções.
- E O recurso Desfazer ações é utilizado para se desfazer uma digitação ou edição do documento e, uma vez que ele seja ativado, não é possível retornar à opção anterior.

**QUESTÃO 10**

Quanto ao ambiente BR Office, assinale a opção correta.

- A O BR Office pode ser utilizado para se criar e salvar documentos em diversos formatos e tem como vantagem o fato de um arquivo salvo no formato padrão BR Office poder ser aberto em qualquer aplicativo de outros fornecedores comerciais.
- B A barra de ferramentas do Writer possui as mesmas opções da barra do Microsoft Office e os ícones utilizados para representar as respectivas opções são idênticos em ambos aplicativos.
- C Nos aplicativos do BR Office, a opção Caracteres não imprimíveis oferece a ação de exibir ou ocultar itens como tabulações, marcas de espaço, parágrafos e demais itens de edição que não aparecem na versão impressa.
- D Documentos que estejam correntemente abertos em um editor do BR Office apenas devem ser acessados pelo *menu* Janela, na opção Lista de documentos.
- E O Impress é uma alternativa para a criação e edição de planilhas eletrônicas, com opções de formatação visual, regras de cálculo e fórmulas.

**QUESTÃO 11**

Acerca de conceitos relacionados à Internet e *intranet*, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Internet é uma rede mundial de computadores, administrada pelo governo norte-americano, para disponibilizar informações do mundo inteiro.
- Ⓑ *Intranet* é a mesma coisa que Internet, só que ela foi criada para ser acessada apenas por usuários externos a determinada instituição.
- Ⓒ Para se acessar a Internet, basta ter um computador conectado na rede elétrica, pois, com o advento das redes sem fio, atualmente não são mais necessários cabos ou fios de telefonia para o acesso.
- Ⓓ Fazer parte da Internet significa usufruir de diversos serviços, como correio eletrônico, acesso a conteúdo livre ou pago, sendo necessário, para tanto, utilizar o protocolo TCP/IP.
- Ⓔ O endereço [www.minhaempresa.com.br](http://www.minhaempresa.com.br) identifica uma *intranet* que só pode ser acessada por usuários comerciais no Brasil.

**QUESTÃO 12**

A respeito da organização e gerenciamento de arquivos e pastas, assinale a opção correta.

- Ⓐ No Windows, o Internet Explorer é o programa utilizado para acesso às pastas e arquivos, assim como aos programas instalados.
- Ⓑ No Windows, para se excluir definitivamente um arquivo do computador, deve-se removê-lo para a lixeira a partir do gerenciador de arquivos e, em seguida, deve-se também removê-lo da lixeira.
- Ⓒ Para se criar um novo arquivo ou diretório, o usuário deve, antes, estar certo do que vai fazer, pois não é possível alterar o nome de um arquivo criado.
- Ⓓ Para se remover programas do computador, basta excluir a pasta inteira que os contém, por meio do comando Delete, contido no diretório Arquivos de programas, do Windows.
- Ⓔ O usuário que deseja criar um novo diretório deve selecionar uma área no computador, clicar no arquivo que deseja guardar e salvá-lo com outro nome, para não haver sobreposição.

**QUESTÃO 13**

Julgue os itens subsequentes, relativos a conceitos de arquivologia.

- I Arquivo é o conjunto de material, em sua maioria impresso, disposto ordenadamente para estudo, pesquisa e consulta.
- II Os documentos de arquivo existem em vários exemplares, não tendo limitação quanto ao número de cópias.
- III Os documentos textuais, audiovisuais e cartográficos são gêneros documentais encontrados nos arquivos.
- IV A significação do acervo documental arquivístico independe da relação que os documentos estabelecem entre si.
- V O método de classificação dos arquivos exige conhecimento a respeito da relação entre as unidades, a organização e o funcionamento dos órgãos.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ III e V.
- Ⓔ IV e V.

**QUESTÃO 14**

Julgue os itens a seguir, relativos às características que distinguem os arquivos.

- I O arquivo é criado e recebido por um órgão, empresa ou instituição exclusivamente no desenvolvimento de suas atividades, não sendo colecionado por motivos culturais.
- II Os documentos de arquivo são provas de transações realizadas nas organizações.
- III Um documento de arquivo, mesmo destacado do todo ao qual pertence, tem o mesmo significado do conjunto no qual está inserido.
- IV Em relação à natureza do assunto, os documentos de arquivo podem ser classificados em arquivo especial e arquivo especializado.
- V Quanto à abrangência da atuação, os arquivos são classificados em correntes e intermediários.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1.
- Ⓑ 2.
- Ⓒ 3.
- Ⓓ 4.
- Ⓔ 5.

**QUESTÃO 15**

Acerca da gestão de documentos, assinale a opção correta.

- A** Não é objetivo da gestão de documentos racionalizar a produção dos documentos, mas, sim, eliminar os documentos de valor secundário.
- B** As atividades de protocolo fazem parte da fase de destinação na gestão de documentos.
- C** Os principais instrumentos de gestão arquivística são o plano de classificação e a tabela de temporalidade.
- D** A preservação é a função arquivística que permite a agilização do acesso aos documentos.
- E** A avaliação de documentos de arquivo é executada com a aplicação do código de classificação.

**QUESTÃO 16**

Os arquivos correntes são

- A** formados por documentos com valor secundário.
- B** armazenados em depósitos centralizados, localizados distantes dos setores de trabalho onde foram acumulados.
- C** transferidos, após o final de sua utilização, aos arquivos permanentes, onde aguardam a destinação final.
- D** formados por documentos com prazos precaucionais esgotados.
- E** alocados perto dos seus usuários diretos, devido à grande possibilidade de uso que apresentam, e são conhecidos também como arquivos ativos.

**QUESTÃO 17**

A respeito dos arquivos intermediários, assinale a opção correta.

- A** O acesso aos documentos no arquivo intermediário é aberto ao público.
- B** As características provisórias do arquivamento intermediário impedem a aplicação da tabela de temporalidade.
- C** Os arquivos intermediários são constituídos, fundamentalmente, por documentos com valor informativo.
- D** Os documentos do arquivo intermediário são mantidos por conta dos prazos prescricionais e precaucionais e aguardam a destinação final: eliminação ou guarda permanente.
- E** Os arquivos intermediários são formados por documentos que perderam a vigência administrativa, mas são providos de valor histórico-cultural.

**QUESTÃO 18**

Com relação ao arquivo permanente, assinale a opção correta.

- A** A função de um arquivo permanente é reunir, conservar, arranjar, descrever e facilitar a consulta aos documentos.
- B** Os documentos do arquivo permanente têm valor primário decrescente.
- C** O acesso aos documentos do arquivo permanente é feito com a autorização do órgão acumulador.
- D** As atividades intelectuais no arranjo de documentos estão relacionadas ao acondicionamento e à fixação de etiquetas de identificação nas unidades de armazenamento.
- E** O tratamento da documentação permanente deve ser feito a partir da aplicação do princípio da territorialidade, um dos princípios fundamentais da arquivologia.

**QUESTÃO 19**

Acerca das tipologias documentais e dos suportes físicos, assinale a opção correta.

- A** O gênero micrográfico de documento é formado por documentos em suportes sintéticos, em papel emulsionado ou não, contendo imagens estáticas.
- B** Os filmes cinematográficos e as fitas de vídeo fazem parte do gênero documental conhecido como iconográfico.
- C** A documentação escrita ou textual apresenta inúmeras espécies documentais criadas para produzir determinada ação específica, tais como relatórios, convênios, formulários e cartas.
- D** O microfilme ainda não tem reconhecimento legal no Brasil.
- E** Os documentos, independentemente do suporte, devem ser acondicionados da mesma forma.

**QUESTÃO 20**

Quanto à preservação, à conservação e à restauração de documentos, assinale a opção correta.

- A** A conservação compreende os cuidados prestados aos documentos e não se refere ao local de guarda.
- B** A luz do dia e a umidade são prejudiciais à conservação do acervo documental.
- C** A desinfestação e o alisamento são técnicas de restauração de documentos.
- D** A higienização dos documentos consiste em mergulhar o documento em banho de gelatina.
- E** O *silking* é um método de desinfestação que combate os insetos e apresenta maior eficiência que a fumigação.

Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal de 1988; CNJ = Conselho Nacional de Justiça; MP = Ministério Público; MPDFT = Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; RI-TRE/MA = Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão; STF = Supremo Tribunal Federal; TCU = Tribunal de Contas da União; TRE = Tribunal Regional Eleitoral; TRE/MA = Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão; TRF = Tribunal Regional Federal; TSE = Tribunal Superior Eleitoral.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 21

Com relação à classificação das constituições, assinale a opção correta.

- A A Constituição dos Estados Unidos da América é exemplo de constituição sintética.
- B Uma constituição é rígida se não admite qualquer tipo de revisão.
- C A constituição que se materializa ao longo do tempo, tal qual a inglesa, é classificada como ortodoxa.
- D A CF pode ser classificada como prolixa e semirígida.
- E Toda constituição é necessariamente escrita e solene.

### QUESTÃO 22

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais expressos na CF, assinale a opção correta.

- A Inexiste pena de morte, no Brasil, em qualquer hipótese.
- B É exigida autorização do poder público para realização de reuniões em locais abertos ao público, ainda que com finalidade pacífica.
- C Nenhum cidadão brasileiro pode ser extraditado.
- D O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.
- E A criação das associações e, na forma da lei, a de cooperativas, depende de autorização estatal.

### QUESTÃO 23

Segundo a CF, **não** é privativo de brasileiro nato o cargo de

- A ministro do STF.
- B ministro de Estado da Defesa.
- C carreira diplomática.
- D oficial das Forças Armadas.
- E senador da República.

### QUESTÃO 24

Com base nas disposições contidas na CF relativas à administração pública, assinale a opção correta.

- A Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário podem ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, em razão da iniciativa privativa de cada poder para dispor a respeito da remuneração de seus servidores.
- B É proibida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias com vistas à remuneração de pessoal do serviço público.
- C A vedação de acumular dois cargos públicos não abrange empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- D Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, não havendo qualquer acessibilidade aos estrangeiros.
- E O prazo de validade de concurso público é de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período.

### QUESTÃO 25

Com relação ao Poder Legislativo e seus agentes políticos, assinale a opção correta de acordo com a CF.

- A Cabe privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por votos de dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o presidente e o vice-presidente da República e os ministros de Estado.
- B Perde o mandato o deputado ou o senador que sofrer condenação criminal proferida por juiz de primeiro grau.
- C O Senado Federal compõe-se de três representantes dos estados e do DF, eleitos segundo o princípio proporcional, com mandato de oito anos, renovado de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.
- D Cada uma das casas do Congresso Nacional reúne-se em sessões preparatórias, a partir de 1.º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas mesas, para mandato de dois anos, sendo permitida uma única recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
- E Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente delibera acerca da matéria para a qual foi convocado, e o pagamento de parcela indenizatória não pode ser realizado em valor superior ao do subsídio mensal, em razão da convocação.

**QUESTÃO 26**

Com respeito ao Poder Executivo, assinale a opção correta com base na CF.

- Ⓐ O presidente e o vice-presidente da República podem ausentar-se do país por período de trinta dias sem que percam os seus cargos, independentemente de licença do Congresso Nacional.
- Ⓑ Será considerado eleito presidente da República, no primeiro turno, o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, incluído o cômputo dos votos em branco e dos nulos.
- Ⓒ Em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, são chamados, sucessivamente, ao exercício da presidência o presidente do Senado Federal, o presidente da Câmara dos Deputados e o presidente do STF.
- Ⓓ Os ministros de Estado são de livre nomeação do presidente da República e escolhidos apenas entre brasileiros maiores de trinta anos e no exercício dos direitos políticos.
- Ⓔ É da competência privativa do presidente da República dispor, mediante decreto, acerca da organização e do funcionamento da administração federal, quando isso não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

**QUESTÃO 27**

A súmula vinculante (*stare decisis*) é vista por seus defensores como indispensável à garantia da segurança jurídica e ao impedimento da multiplicação, vista como desnecessária, de processos nas várias instâncias. Os oponentes, por seu lado, julgam que a adoção da súmula vinculante engessaria o Poder Judiciário e impediria a inovação, transformando os julgamentos de primeiro grau apenas em meras cópias das decisões já tomadas. Apesar dessas divergências, a súmula vinculante foi introduzida na CF, mediante a publicação da Emenda Constitucional n.º 45/2004. A esse respeito, assinale a opção correta.

- Ⓐ O STF pode, somente de ofício, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula vinculante.
- Ⓑ A súmula vinculante tem efeito somente em relação aos órgãos do Poder Judiciário.
- Ⓒ Do ato administrativo ou da decisão judicial que contrariar a súmula vinculante aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao STF.
- Ⓓ É necessário o *quorum* de três quintos dos membros do STF para a edição da súmula vinculante.
- Ⓔ A súmula vinculante tem por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de determinadas normas, cuja controvérsia acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica, motivo pelo qual não é possível a sua revisão ou cancelamento, nem mesmo de ofício, pelo STF.

**QUESTÃO 28**

A histórica afirmação republicana do Poder Judiciário e sua efetiva contribuição para o desenvolvimento, no Brasil, de um verdadeiro Estado democrático de direito só foram possíveis graças à autonomia e à independência dos magistrados. Não se consegue conceituar um verdadeiro Estado democrático de direito sem a existência de um Poder Judiciário autônomo e independente, para que exerça sua função de guardião das leis e garantidor da ordem na estrutura governamental republicana.

Alexandre Moraes. *Constituição do Brasil interpretada*. 7.ª ed. Jurídica Atlas, p. 1.524 (com adaptações).

Considerando a ideia central do texto acima e as disposições contidas na CF relativas ao CNJ, introduzido pela Emenda Constitucional n.º 45/2004, assinale a opção correta.

- Ⓐ O CNJ é composto por dezessete membros, com mais de trinta e menos de setenta anos de idade, cujo mandato é vitalício.
- Ⓑ O procurador-geral da República e o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficialarão junto ao CNJ.
- Ⓒ As decisões e os atos emanados do CNJ não podem ser submetidos ao controle judicial de qualquer tribunal, pois até mesmo o STF submete-se às suas decisões.
- Ⓓ Compete ao CNJ o controle da atuação administrativa, financeira e jurisdicional dos atos praticados pelos membros do Poder Judiciário.
- Ⓔ Os membros do CNJ são nomeados pelo presidente do STF.

**QUESTÃO 29**

O MP é filho da democracia clássica e do Estado de direito nascidos da Revolução Francesa de 1789, que, abolindo o Estado autoritário do *Ancien Régime*, instituiu uma nova ordem, baseada no respeito à lei como expressão da vontade geral.

Gilmar Mendes *et al.* *Curso de direito constitucional*. 2.ª ed. São Paulo: Saraiva/IDP, p. 993 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta a respeito do MP segundo a CF.

- Ⓐ Apesar de ser assegurada autonomia funcional e administrativa ao MP, a iniciativa legislativa para criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, a política remuneratória e os planos de carreira dos seus servidores cabem ao Poder Judiciário.
- Ⓑ A destituição do procurador-geral da República, por iniciativa do presidente da República, prescinde de autorização do Senado Federal.
- Ⓒ O MP da União engloba, entre outros, o MPDFT.
- Ⓓ A CF garante, em favor dos membros do MP, a vitaliciedade e a inamovibilidade de forma absoluta.
- Ⓔ Os MPs dos estados e o MPDFT formam lista tripla entre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu procurador-geral, que é nomeado pelo presidente do tribunal de justiça, para mandato de três anos, permitida uma recondução.

**QUESTÃO 30**

Acerca dos direitos políticos expressos na CF, julgue os itens a seguir.

- I Em conformidade com a CF, é obrigatório o voto para uma brasileira, analfabeta, que tenha 67 anos de idade no dia da eleição.
- II Se um brasileiro, estudante, tem 20 anos de idade, milita por determinado partido político e está no pleno exercício dos seus direitos políticos, então, nesse caso, a CF permite que ele se candidate a vereador do município do seu domicílio eleitoral.
- III Caso um brasileiro, militar há 12 anos, pretenda candidatar-se a deputado estadual nas próximas eleições, então, para concorrer ao cargo eletivo, a CF exige somente que ele se afaste da atividade.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 31**

João, servidor público federal, obteve, mediante ação judicial transitada em julgado, determinada vantagem pecuniária que, cerca de 15 anos depois, foi incorporada aos proventos da sua aposentadoria. O TCU, ao examinar a concessão da aposentadoria, determinou a suspensão do pagamento da parcela, arguindo estar em conflito com jurisprudência pacífica do STF.

Considerando essa situação hipotética, para impedir o ato do TCU, a defesa de João deve arguir o princípio da

- A legalidade.
- B moralidade.
- C impessoalidade.
- D segurança jurídica.
- E responsabilidade do Estado por atos administrativos.

**QUESTÃO 32**

Acerca dos atos administrativos, julgue os itens que se seguem.

- I A imperatividade é a característica do ato administrativo que faz com que esse ato, tão logo seja praticado, possa ser imediatamente executado e seu objeto, imediatamente alcançado.
- II A presunção de legitimidade dos atos administrativos é *iuris tantum*.
- III Todo ato administrativo é autoexecutável.
- IV São atributos dos atos administrativos a presunção de legitimidade, a imperatividade, a exigibilidade e a autoexecutoriedade.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B II e IV.
- C III e IV.
- D I, II e III.
- E I, II e IV.

**QUESTÃO 33**

Acerca da licitação, julgue os itens subsequentes.

- I A contratação, pela administração pública, de artista consagrado pela crítica especializada pode ser feita mediante dispensa de licitação.
- II Comprovada a venda de determinado produto por uma fornecedora exclusiva, incide a inexigibilidade de licitação.
- III As hipóteses de inexigibilidade de licitação impostas pela lei não são exaustivas.
- IV A lei admite a preferência de determinada marca, mesmo havendo mais de um fabricante para aquele produto na praça onde deve ser realizada a licitação.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0.
- B 1.
- C 2.
- D 3.
- E 4.

**QUESTÃO 34**

Com relação à alienação de bens imóveis da administração pública, assinale a opção correta segundo a Lei n.º 8.666/1993.

- A** Existem hipóteses em que não se exige a avaliação prévia do bem.
- B** Não pode haver dispensa de licitação, nem mesmo com motivação da autoridade responsável.
- C** A alienação do bem depende de autorização legislativa.
- D** A alienação do bem prescinde da comprovação de existência do interesse público, desde que a autoridade competente justifique seu ato com outra razão.
- E** Não se faz possível a dação em pagamento nem a doação do bem, por impossibilitar a realização da licitação.

**QUESTÃO 35**

Julgue os itens abaixo, a respeito do controle dos atos da administração pública.

- I A supervisão ministerial decorre do poder de autotutela da administração pública e configura-se como modalidade especial de controle administrativo.
- II O direito de petição previsto na CF é instrumento hábil para provocar a atuação do controle administrativo estatal.
- III É privativo do Senado Federal o controle político a ser exercido mediante a aprovação prévia, após arguição em sessão secreta, da escolha de chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- IV O titular do controle externo da atividade financeira do Estado é o TCU.
- V A principal característica do sistema denominado contencioso administrativo é a de que os ordenamentos jurídicos que o adotam conferem a determinadas decisões administrativas a natureza de coisa julgada oponível ao próprio Poder Judiciário.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.
- E** 5.

**QUESTÃO 36**

Com relação à responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- A** O fundamento da teoria da responsabilidade objetiva, trazida na CF e adotada atualmente no Brasil, é a teoria do risco administrativo.
- B** As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos estão sujeitas à responsabilidade subjetiva comum.
- C** Para configurar-se a responsabilidade objetiva do Estado, basta apenas a comprovação de dois pressupostos: o fato administrativo e o dano.
- D** De acordo com a responsabilidade objetiva consagrada na CF, mesmo na hipótese de o poder público comprovar a culpa exclusiva da vítima, ainda assim persiste o dever de indenizá-la.
- E** As ações de ressarcimento propostas pelo Estado contra os seus agentes prescrevem no prazo de dez anos.

**QUESTÃO 37**

A respeito dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A** Os atos de gestão caracterizam-se pelo poder de coerção decorrente do poder de império, sendo a sua prática indiferente à vontade dos administrados.
- B** Os atos discricionários são aqueles praticados pelo administrador com ampla e irrestrita liberdade.
- C** Os atos compostos são aqueles cujo resultado final exige a intervenção de mais de um órgão, cada qual com autonomia na sua manifestação.
- D** Os atos enunciativos são aqueles que declaram situações preexistentes.
- E** A multa de trânsito, cujos efeitos pecuniários somente podem ser cobrados por via judicial, é exemplo de atos não autoexecutórios.

**QUESTÃO 38**

Acerca da organização administrativa, assinale a opção correta.

- A** Do ponto de vista orgânico, a administração pública compreende as diversas unidades administrativas (órgãos e entidades) que visam cumprir os fins do Estado.
- B** No processo de descentralização administrativa, há distribuição de competências materiais entre unidades administrativas desprovidas de personalidade jurídica.
- C** A criação de determinado órgão prescinde de autorização legislativa do chefe do Poder Executivo.
- D** Os órgãos possuem personalidade jurídica própria, motivo pelo qual é amplamente aceita pelos tribunais a sua capacidade processual para estar em juízo.
- E** Ocorre desconcentração administrativa quando determinada entidade federativa cria autarquia mediante lei específica.

**QUESTÃO 39**

O sistema eleitoral brasileiro contempla o voto em urna eletrônica, na forma disciplinada na Lei Eleitoral. A esse respeito, assinale a opção correta.

- A Na urna eletrônica, em uma eleição municipal, vota-se inicialmente para o cargo de prefeito.
- B O voto em trânsito é permitido apenas aos candidatos e militares em serviço.
- C O voto em trânsito é permitido aos eleitores portadores de necessidades especiais.
- D No regime legal da urna eletrônica, não se admite o voto em trânsito.
- E A urna eletrônica impede o voto em legenda partidária.

**QUESTÃO 40**

Considerando que seis partidos políticos, PMDB, DEM, PTB, PDT, PT e PPS participem de uma eleição municipal na qual PMDB, DEM e PSB estejam coligados nas eleições para prefeito, e PDT, PT e PPS componham outra coligação também para prefeito, assinale a opção correta quanto à situação legal das eleições para vereador.

- A PMDB, DEM e PT poderão se coligar nas eleições para a câmara municipal.
- B As coligações para vereador deverão ser idênticas àquelas para prefeito.
- C Serão admitidas coligações para vereador entre os partidos coligados nas eleições para prefeito.
- D Cada partido deverá escolher, entre quaisquer dos demais, o aliado na eleição para vereador, devido ao fim da verticalização.
- E O partido do candidato a prefeito não poderá coligar-se para vereador, em face da fidelidade partidária.

**QUESTÃO 41**

Quanto à competência e às atribuições dos tribunais e dos juízes eleitorais, assinale a opção correta.

- A Julgar conflito de jurisdição entre juízes eleitorais é matéria de competência do TRE.
- B Em caso de crime eleitoral cometido por juiz eleitoral, a competência para julgamento é do tribunal de justiça.
- C Cabe ao TRF, em alguns casos, julgar recurso contra decisão de juiz eleitoral denegatória de *habeas corpus*.
- D Em caso de arguição de suspeição de membro de TRE, a competência primária é do TSE.
- E O registro de candidatos a cargos eletivos do Congresso Nacional cabe ao TSE.

**QUESTÃO 42**

Ao alistar-se como eleitor, o cidadão deve cumprir requisitos legais e regulamentares exigidos pelo TSE. A esse respeito, assinale a opção correta.

- A Para que um cidadão do sexo masculino, maior de 18 anos de idade, casado, possa se alistar como eleitor, é suficiente a identificação mediante certidão de casamento extraída do registro civil.
- B A duplicidade de alistamento eleitoral importa irregularidade civil punida com multa.
- C Em caso de irregularidade no alistamento, qualquer eleitor é parte legítima para requerer ao juiz eleitoral a abertura de investigação.
- D Em caso de duplicidade, a competência para julgamento de ilícito penal é do juiz eleitoral do lugar onde ocorreu a primeira inscrição.
- E As inscrições canceladas devem ser excluídas do cadastro antes da eleição subsequente.

**QUESTÃO 43**

Raimundo, servidor público estadual removido para a capital do estado, é eleitor alistado em cidade do interior. Ao requerer a transferência do título, Raimundo deve

- A comprovar o alistamento eleitoral primário, realizado na cidade do interior há mais de um ano.
- B pedir novo alistamento, até seis meses antes da eleição subsequente.
- C apresentar ao cartório eleitoral o título e a prova de quitação eleitoral.
- D comprovar a residência no novo domicílio por pelo menos três meses.
- E apresentar termo de autorização expressa do superior hierárquico na administração pública.

**QUESTÃO 44**

No que concerne às informações que constam do cadastro dos eleitores na justiça eleitoral, assinale a opção correta.

- A As informações do cadastro eleitoral são reservadas, acessíveis aos juízes eleitorais ou ao interessado, mediante decisão judicial fundamentada.
- B O eleitor quite com a justiça eleitoral pode requerer certidão de quitação em sua zona eleitoral, sendo vedada sua expedição em zona eleitoral diversa.
- C Ao juiz eleitoral é defeso fornecer informações do cadastro senão ao próprio eleitor.
- D A divulgação de estatísticas do eleitorado é admitida, desde que estejam disponíveis em meio magnético.
- E Informações de caráter pessoal dos eleitores somente são disponíveis aos partidos políticos.

**QUESTÃO 45**

Com o propósito de coibir fraudes, o TSE pode determinar a revisão do eleitorado de uma zona eleitoral ou mesmo de um município inteiro. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

- A** Na situação em apreço, o Poder Judiciário somente age mediante provocação, em razão do princípio da inércia do juiz.
- B** Cabe exclusivamente ao Ministério Público Eleitoral provocar a ação judicial que determine a revisão do eleitorado.
- C** É vedado ao tribunal eleitoral cancelar inscrição de eleitor que não se apresente à revisão, em face do princípio da presunção de inocência.
- D** É descabida a revisão eleitoral em razão de transferência de eleitores.
- E** O TSE deve determinar a revisão ou a correção, de ofício, quando o eleitorado for superior a 65% da população projetada para aquele ano pelo IBGE.

**QUESTÃO 46**

Josué teve os seus direitos políticos suspensos mediante decisão judicial. Posteriormente, sua condição foi alterada e ele pretendeu novo alistamento eleitoral.

Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** A regularização da situação de Josué deve ser procedida, de ofício, pelo órgão judicial que decretou a perda.
- B** Caso se tratasse de perda de direitos políticos, e não de suspensão, competiria ao juiz eleitoral comunicar acerca da requalificação ou do restabelecimento dos direitos políticos do eleitor.
- C** Cabe ao Ministério da Justiça comunicar acerca da requalificação ou do restabelecimento dos direitos políticos de Josué.
- D** A sentença judicial presta-se para comprovar o restabelecimento dos direitos políticos de Josué.
- E** Caso Josué tivesse se recusado a prestar o serviço militar obrigatório, então seria vedada a requalificação de seus direitos políticos.

**QUESTÃO 47**

Em face do princípio constitucional da obrigatoriedade do voto, o TSE disciplina, em resolução, a justificação do não comparecimento à eleição. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- A** A cobrança de multa deve levar em conta a condição econômica do eleitor, de forma que o pagamento pode ser dispensado aos comprovadamente pobres.
- B** O eleitor que se encontra no exterior é isento de penalidade.
- C** O pedido de justificação de não votação é feito perante o TRE.
- D** A inscrição de eleitor que se abster de votar, sem justificação, em duas eleições subsequentes deve ser cancelada.
- E** A justificação de não votação não é exigida de portador de necessidade especial.

**QUESTÃO 48**

O eleitor que não votar nem justificar a sua ausência não poderá

- A** ausentar-se do domicílio eleitoral sem autorização do juiz.
- B** obter empréstimo da Caixa Econômica Federal.
- C** receber tratamento em hospitais do Sistema Único de Saúde.
- D** ajuizar ações judiciais contra o Estado.
- E** receber recursos de precatórios judiciais.

**QUESTÃO 49**

Não constitui hipótese de provimento em cargo público

- A** a nomeação.
- B** a reintegração.
- C** a transferência.
- D** o aproveitamento.
- E** a promoção.

**QUESTÃO 50**

Jorge, servidor público de carreira, foi aposentado por invalidez em dezembro de 2005. No mês de março de 2009, Jorge foi submetido a uma junta médica oficial, que considerou insubsistentes os motivos para a sua aposentadoria por invalidez e sugeriu o imediato retorno do servidor à ativa.

Nessa situação hipotética, no retorno de Jorge à ativa, ocorre

- A** readaptação.
- B** reversão.
- C** reintegração.
- D** recondução.
- E** remoção.

**QUESTÃO 51**

O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, denomina-se

- A remuneração.
- B vantagem pecuniária.
- C salário.
- D indenização.
- E comissão.

**QUESTÃO 52**

O auxílio-moradia pago pela administração pública

- A é incorporado ao vencimento do servidor após 3 anos de recebimento ininterrupto.
- B é incorporado ao vencimento do servidor imediatamente após ser concedido.
- C é incorporado ao vencimento do servidor apenas quando pago em caráter definitivo e irrevogável.
- D não é incorporado ao vencimento do servidor, por ser pago apenas em caráter transitório.
- E não é incorporado ao vencimento do servidor, por ter caráter indenizatório.

**QUESTÃO 53**

José, servidor público federal, é casado com Maria e reside em São Luís – MA. Maria foi eleita deputada federal e, por esse motivo, transferiu sua residência para Brasília. José requereu a licença por motivo de afastamento do cônjuge, para acompanhar sua esposa em Brasília.

Nessa situação hipotética, a licença será por prazo

- A indeterminado e remunerada nos primeiros seis meses.
- B indeterminado e remunerada durante todo o período da licença.
- C determinado de quatro anos e sem remuneração.
- D indeterminado e sem remuneração.
- E determinado de um ano e com remuneração integral.

**QUESTÃO 54**

Considerando que um servidor público federal, residente em São Luís – MA, onde exerce seu cargo efetivo, tenha sido eleito vereador no município de Alcântara, assinale a opção correta.

- A Havendo compatibilidade de horários, é possível que o servidor cumule as duas funções, porém deve optar pela remuneração que deseja receber: ou a remuneração do cargo efetivo, ou as vantagens do cargo eletivo.
- B Havendo compatibilidade de horários, é possível que o servidor acumule as duas funções, recebendo as vantagens do cargo de vereador e a remuneração do cargo efetivo.
- C Ainda que exista compatibilidade de horários, se o servidor optar por exercer o cargo eletivo, deve, necessariamente, pedir afastamento, sem remuneração, do cargo efetivo.
- D A Lei n.º 8.112/1990 veda expressamente qualquer acumulação de cargos.
- E O servidor não pode acumular os cargos de vereador com o de servidor público em São Luís – MA, pois deve, necessariamente, transferir sua residência para outro município, caso opte por exercer o mandato eletivo.

**QUESTÃO 55**

Se dois servidores públicos federais discutirem na repartição pública em que trabalham e, nessa discussão, um deles, exaltado, agredir fisicamente o outro, tal atitude poderá acarretar, para o agressor, a penalidade administrativa de

- A advertência.
- B suspensão.
- C demissão.
- D prestação de serviços sociais.
- E multa em favor do servidor agredido.

**QUESTÃO 56**

A penalidade de cassação de aposentadoria de um servidor concursado do Senado Federal deve ser aplicada pelo

- A presidente da República.
- B ministro da Justiça.
- C ministro presidente do STF.
- D presidente do Senado Federal.
- E presidente da Câmara dos Deputados.

**QUESTÃO 57**

Em relação à composição e organização do TRE/MA, julgue os itens a seguir, conforme dispõe o RI-TRE/MA, de acordo com a Resolução n.º 1.533/1997, alterada pela Resolução n.º 3.597/2001.

- I Na composição do TRE/MA, não há juízes de direito oriundos do tribunal de justiça do estado.
- II A escolha dos suplentes ocorre pelo mesmo processo em que são escolhidos os membros do TRE/MA.
- III Nada impede que avô e neto sejam membros do TRE/MA, servindo ao mesmo tempo, desde que sejam de classes diferentes.
- IV O TRE/MA é composto, entre outros, pelo juiz federal escolhido pelo TRF competente.
- V A escolha do presidente do TRE/MA recai sobre o desembargador indicado pelo presidente do TSE.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e V.
- E IV e V.

**QUESTÃO 58**

De acordo com o RI-TRE/MA, assinale a opção correta.

- A Compete ao TRE/MA processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos por juízes de direito, promotores de justiça, deputados estaduais e prefeitos municipais.
- B Compete ao presidente do TRE/MA presidir inquérito administrativo determinado pelo tribunal contra juízes eleitorais, sugerindo, se for o caso, a aplicação de penas de advertência, censura, suspensão por até trinta dias ou destituição da função eleitoral, assegurando-se a ampla defesa.
- C No inquérito administrativo para apurar falta grave de escrivão do cartório eleitoral, encerrada a instrução e aberto o prazo à defesa, o acusado tem o prazo de cinco dias para apresentar alegações.
- D A Procuradoria Regional Eleitoral deve ser exercida pelo procurador da República designado pelo presidente da República.
- E O vice-presidente do TRE/MA é substituído, em suas faltas e seus impedimentos, pelo corregedor regional eleitoral.

**QUESTÃO 59**

No que se refere à ordem do serviço no TRE/MA, consoante dispõe o RI-TRE/MA, assinale a opção correta.

- A Todos os feitos em andamento no TRE/MA, exceto aqueles em andamento na corregedoria, tramitam pela Secretaria Judiciária, a quem compete o registro de todos os atos praticados.
- B Quando o relator for declarado impedido de funcionar no feito, não haverá redistribuição do processo, caso em que será convocado seu suplente.
- C Durante os meses de janeiro e julho, o TRE/MA suspende suas sessões ordinárias, reunindo-se apenas extraordinariamente.
- D Serve como secretário das sessões o técnico judiciário que for designado pelo relator do processo.
- E São solenes e públicas as sessões destinadas ao julgamento de exceção de suspeição e impedimento de seus membros ou juízes eleitorais.

**QUESTÃO 60**

Com relação ao que dispõe o RI-TRE/MA a respeito da ordem do serviço no tribunal, assinale a opção correta.

- A O TRE/MA pode declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato do poder público pelo voto de dois terços de seus juízes.
- B Têm prioridade para julgamento processos de natureza disciplinar, requisição de servidor, providências de correção, inspeção, escala de férias e de substituição de juízes.
- C Todos os feitos processados no TRE/MA têm um revisor.
- D Deve ser designado outro relator para o processo quando este for vencido em preliminar que não ponha termo ao julgamento.
- E É inadmissível sustentação oral pelas partes por ocasião do julgamento de embargos de declaração, agravos regimentais, conflitos de competência, consultas ou exceções de suspeição e impedimento.



**cespe**UnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos